

Junho de 2013 e as jornadas de um gigante acordado: mídias, desinformação e crise de representação

June of 2013 and the journeys of an awaken giant: media, disinformation and representation crisis

Junio de 2013 y las rutas de un gigante despierto: medios de comunicación, desinformación y crisis de representación

*Wérleson Alexandre de Lima Santos¹
Hélio Márcio Pajeú²*

Resumo: As Jornadas de Junho de 2013 foram uma série de protestos que tomaram o Brasil e causaram mudanças significativas na política nacional e na forma com a qual os brasileiros se relacionam com a mídia e a informação. O uso das mídias sociais como contra narrativa à mídia tradicional na cobertura das manifestações e da violência policial ocasionou numa mudança de significados e num agravamento de problemas com representação tanto política quanto midiática. Por meio da pesquisa bibliográfica aplicando-se o uso de uma análise interpretativa acerca dos estudos sobre Junho de 2013, o trabalho constata que o tensionamento causado em Junho entre a cobertura da mídia tradicional e a contra-narrativa das mídias sociais, atravessado por um processo de despolitização em diversas esferas, abriu lastro para a situação atual na qual a mídia tradicional perde credibilidade em detrimento a informações circuladas por redes sociais e outros canais, configurando-se então como mais uma faceta da crise de representação que permanece em curso. Uma alternativa para esta situação é uma politização acerca do uso das mídias sociais e da materialidade da mídia tradicional em sua vinculação de informação e desinformação.

Palavras-chave: Despolitização. Jornadas de Junho de 2013. Mídias sociais. Crise de representação. Desinformação.

Abstract: The June Journeys of 2013 were a series of protests that took over Brazil and brought some major changes in the national politics and in the way that Brazilians deal with media and information. The use of social medias as an alternate narrative against the corporate media

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil, werleson.santos@outlook.com.

² Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Brasil, helio.pajeu@ufpe.br.

regarding the protests and police brutality coverages created a change at the Journeys' meanings and a worsening at the problems about both political and media representation. Through bibliographical research applying the use of an interpretive analysis of studies on June 2013, the paper finds that the tension caused in June between traditional media coverage and the counter-narrative of social media, crossed by a process of depoliticization in several spheres, paved the way for the current situation in which the traditional media loses credibility in face of the information circulated through social networks and other channels, thus becoming yet another facet of the crisis of representation that remains ongoing. An alternative to this situation is a politicization of the use of social media and the materiality of traditional media in its way of communicating both information and disinformation.

Keywords: Depoliticization. 2013 Brazilian protests. Social media. Representation crisis. Disinformation.

Resumen: Las protestas en Brasil de 2013 fueron una serie de manifestaciones públicas que se apoderaron de Brasil y provocaron cambios significativos en la política nacional y en la forma en que los brasileños se relacionan con los medios y la información. El uso de las redes sociales como contrarrelato de los medios tradicionales en la cobertura de manifestaciones y violencia policial provocó un cambio de significados y un agravamiento de los problemas de representación tanto política como mediática. A través de una investigación bibliográfica aplicando el uso de un análisis interpretativo de estudios de Junio de 2013, el trabajo encuentra que la tensión provocada en Junio entre la cobertura mediática tradicional y la contranarrativa de las redes sociales, atravesada por un proceso de despolitización en varios ámbitos, allanó el camino para la situación actual donde los medios tradicionales pierden credibilidad en detrimento de la información que circula a través de las redes sociales y otros canales, convirtiéndose así en una faceta más de la crisis de representación que aún se encuentra presente. Una alternativa a esta situación es la politización del uso de las redes sociales y de la materialidad de los medios tradicionales en su vinculación de información y desinformación.

Palabras clave: Despolitización. Protestas en Brasil de 2013. Redes sociales. Crisis de representación. Desinformación.

1 INTRODUÇÃO

Em Junho de 2013, o Brasil foi palco de uma série de manifestações que tomou conta de todo o país e que foi responsável por uma mudança em nossa conjuntura política e social. Em meio à Copa das Confederações, uma espécie de evento prévio à Copa do Mundo que o país sediaria no ano seguinte, uma manifestação iniciada pelo Movimento Passe Livre (MPL) nas ruas da cidade de São Paulo contra o aumento de R\$0,20 na passagem de ônibus serviu de evento catalizador de indignações populares que se espalharam como fogo pelos quatro cantos da nação.

O que começou como um protesto organizado por uma entidade de esquerda com uma pauta definida, gradativamente, angariou mais adeptos e, conforme crescia, acabou sendo preenchida com mais e mais reivindicações difusas que deram a Junho significados totalmente opostos. A violência policial e a cobertura da mídia tradicional sobre os eventos desempenharam um papel crucial na expansão das manifestações, porém, foi o contraponto oferecido pelas mídias sociais (em especial o Facebook e o Twitter) o responsável pelas práticas de comunicação e os significados que marcaram aquilo que ficou conhecido como as ‘Jornadas de Junho de 2013’.

Fazendo uso exclusivo da pesquisa bibliográfica, o trabalho reúne majoritariamente estudos acerca de Junho de 2013, e utiliza-se de uma análise interpretativa acerca das constatações de seus autores na busca por desvelar os caminhos que levaram aos conflitos das Jornadas de Junho de 2013 em relação a mídias sociais, representação e desinformação. O artigo, portanto, tem por objetivo pôr uma lupa sobre os papéis que a cobertura midiática tradicional e o uso das mídias sociais como narrativa de contraponto desempenharam no corpo que as manifestações tomaram e, principalmente, nos legados deixados em termos de relação com as mídias, representação e disseminação da informação pelas práticas informacionais adotadas nos eventos desse período.

2 ENTENDENDO JUNHO

Algo que definitivamente marca os contornos das Jornadas de Junho são as questões referentes à representação, tanto política quanto midiática. Segundo Fernandes (2019, p. 226), “um povo despolitizado não se sente representado por ninguém”, de tal forma que os diversos níveis de politização e despolitização dos membros participantes dos protestos conseguem nortear e ajudar a compreender os diversos nichos que protagonizaram as Jornadas, bem como os sentidos que estavam sendo postos em jogo e disputados. Fernandes (2019) indica que Junho de 2013 foi a eclosão da crise de representação política que vinha em curso no país, além de também ser fruto de um processo precedente de despolitização.

A despolitização no Brasil é o resultado indireto da conciliação de classes, dos métodos de coerção e da construção do consentimento na base de senso comum no poder, bem como resultado direto do projeto de direita para remover, diluir ou contorcer a ideologia, alterar a consciência de massa, controlar a produção cultural e seus resultados, **bem como divulgar informações manipuladas e preconceituosas**

como legítimas (posteriormente elaborado como *fake news* e a era da pós-verdade), reter o pensamento crítico e impedir a organização e mobilização coletiva, desde a ação de partidos políticos até comícios locais (FERNANDES, 2019, p. 215-216, grifo nosso).

No que nos diz respeito, despolitização pode ser entendida como o processo de alteração de significados políticos (FERNANDES, 2019); ela impede que as pessoas possuam acesso à uma visão crítica a respeito da realidade e se reconheçam enquanto membros de uma classe inseridas dentro de um sistema estrutural de opressão e exploração. Fernandes (2019) categoriza dois tipos de despolitização: a pós-política e a ultrapolítica. A primeira, segundo ela, diz respeito ao tipo de despolitização que visa apagar o conflito de classes e propor soluções meramente tecnocráticas e aparentemente isentas de ideologias, é o tipo de despolitização que se mune de discursos de ‘rejeição aos dois lados’ em prol de uma atuação dita imparcial. Já a segunda, ainda de acordo com a autora, é o tipo de despolitização que reconhece a existência de um conflito, mas o distorce e prega uma atuação por meio do medo e do apelo à pânico morais; seria a despolitização que, ao invés de reconhecer os problemas como decorrentes de um conflito de classes, usa de fantasmas como bode-expiatórios que impedem uma visualização mais analítica da situação material.

Porém, só entender a despolitização não é o bastante para compreender o DNA das Jornadas de Junho de 2013. Singer (2013) aponta que as manifestações foram protagonizadas, majoritariamente, por membros da classe média tradicional e por quem ele chama de ‘novo proletariado’, abarcando os jovens que ingressaram no mercado de trabalho colhendo frutos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2013, mas que convivem com baixa remuneração e más condições de trabalho. Os desejos difusos proferidos em Junho são consequências indiretas das realidades e interesses contraditórios que atravessaram os governos de Lula e Dilma com suas políticas de conciliação de classe. Ao promoverem a inserção da classe trabalhadora por meio do consumo, os governos petistas causaram um esmaecimento da visão acerca dos problemas de conflito de classe existentes, despolitizando parte da base (FERNANDES, 2019).

As medidas petistas foram marcadas por contradições que, com o passar do tempo, culminaram na indignação generalizada e difusa que pôde ser vista nas Jornadas. Ao mesmo tempo que davam condições mínimas aos trabalhadores através do poder de compra, elas também atendiam aos interesses de acúmulo infinito da classe dominante; com isso houve uma

despolitização da base popular e criou-se então um consenso de classe, marcado pela aquietação da classe trabalhadora e de movimentos correspondentes que, tendo seus interesses imediatos atendidos, retiraram-se dos espaços públicos de disputa política e se contentam com as reformas propostas (FERNANDES, 2019). A contradição está no fato de que, apesar de promoverem políticas de inserção pelo aumento do poder de compra (como a possibilidade de comprar carros populares, por exemplo), essas ações não foram acompanhadas por uma melhoria na infraestrutura do país, o que fez com que, apesar de uma maior possibilidade de acesso a certos itens, a classe trabalhadora ainda padecia de más condições estruturais (SAAD-FILHO, 2013).

As indignações geradas por meio das condições fomentadas pelo PT fluem por duas vias: primeiro, um incômodo da classe média com o aumento da cidadania adquirida por membros da classe mais baixa, o que fazia com que seus ‘espaços de exclusividade’ diminuíssem; também, demandas da classe trabalhadora mais pobre por uma maior expansão dessa cidadania através de melhores serviços públicos e condições de vida (SAAD-FILHO, 2013).

Aliada à revolta da classe média conservadora, com as políticas de conciliação, o PT permitiu que duas realidades coabitassem o Brasil durante um tempo: ao mesmo tempo que promovia políticas populares, repreendia manifestações de movimentos e sindicatos; enquanto promovia políticas de cotas raciais nas universidades, manteve o aumento da população carcerária e a repressão policial nas favelas. Adicionado a isso, os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e o escândalo do Mensalão amplamente divulgado pela mídia com a ideia de que a corrupção surgiu com o PT (SAAD-FILHO, 2013), ajudou a adicionar mais ingredientes no caldo fervente que viria explodir posteriormente.

Na maré de suas contradições, os governos do PT também viram surgir gradativamente uma onda conservadora (FERNANDES, 2019). Há um aumento paulatino de políticos fundamentalistas evangélicos entre o final dos anos 1990 e os anos 2000, tendo como marcos a formação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 (criada pelo bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus e dono da Rede Record) e sua consolidação como uma força política após as eleições de 2010, além de nomes de destaque como o pastor Marcos Feliciano, mas tendo influência também de outros líderes religiosos não parlamentares como o pastor Silas Malafaia (TREVISAN, 2018). Não surpresa, foi em 2011, um ano após, que ocorre o caso do projeto Escola Sem Homofobia que, sete anos mais tarde, seria carro-chefe da campanha de

fake news de Jair Bolsonaro para presidência sob o título de kit gay³. Ainda, 2013 viu surgir o Projeto de Lei 6583/2013 que defendia a criação de um Estatuto da Família, que buscava oficializar o conceito de família como o modelo heterossexual, sob a bandeira da “família tradicional” (TREVISAN, 2018).

Esse aumento de políticos fundamentalistas acontece concomitante com o aumento de pessoas que se identificam como evangélicas, conduzido pelo crescimento no número de igrejas pentecostais nas periferias do país (TREVISAN, 2018). Com esses locais esvaziados pelos movimentos populares aquietados com as políticas de conciliação petistas, ao mesmo tempo que possuía uma população despolitizada que ainda sofria as consequências das explorações impostas pelo capitalismo, essas igrejas se tornaram locais de assistencialismo e consequentemente favoreceram a proliferação de ideologias conservadoras nessa parte da população (FERNANDES, 2019; TREVISAN, 2018).

No culminar de todas as contradições, a crise econômica de 2008 e seus efeitos ajudaram a dar mais corpo às demandas das manifestações, sendo importantíssimo frisar que ela desempenha um papel crucial para a temporalidade e a maneira com a qual Junho de 2013 ocorreu (ATAIDE, 2017). As Jornadas ocorrem dentro de um cenário global de manifestações contra o capitalismo neoliberal como o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, a Primavera Árabe e o movimento dos Indignados na Espanha, sendo difícil não acreditar que esses movimentos desempenharam influência no que viria a ocorrer no Brasil (ATAIDE, 2017; AMARAL; FIEDLER; MEDINA, 2018).

É nesse caldo fervente de contradições que Junho de 2013 explode: uma classe trabalhadora que teve parte de seus interesses atendidos, mas que não bastou para apagar suas mazelas estruturais e que demandavam por mais melhorias; um crescimento do conservadorismo religioso, tanto enquanto força política real, quanto como força de influência nas periferias do país; grupos sociais insatisfeitos com as reformas tímidas propostas pelos governos petistas e que demandavam uma atuação mais efetiva; e uma elite na esteira de uma

³ Consistia de um projeto com materiais informativos sobre questões de gênero e sexualidade que visava combater a homofobia nas escolas promovido pelo Ministério da Educação, na época liderado por Fernando Haddad. O projeto foi engavetado depois de pressões de setores religiosos por alegarem uma doutrinação nas escolas – a então chamada “ideologia de gênero”, e pelo fantasma conspiratório da “ditadura gay”.

crise econômica que, sob a lógica do acúmulo infinito, desejava romper com o pacto de classes promovido pelo PT em nome de políticas de austeridade.

Entender Junho implica em saber a complexidade que a sociedade brasileira se encontrava no período anterior aos protestos e as condições materiais que permitiram que as manifestações ocorressem. O que começa como protestos de uma entidade de esquerda representante da classe trabalhadora contra as condições precárias de vida nos centros urbanos, acaba por migrar ideologicamente para um *boom* de demandas que tem em seu núcleo tanto ideais fascistas e reacionários quanto vozes dissidentes de uma classe trabalhadora organizada. Essa migração ideológica, contudo, não ocorre por acaso; apesar do caráter espontâneo que a adesão aos protestos do MPL possui inicialmente (ATAIDE, 2017), a cobertura midiática desempenhou um importante papel na forma como a consciência coletiva dos movimentos se desenvolveu.

3 A MÍDIA E AS JORNADAS

Como dito anteriormente, parte da despolitização presente na sociedade brasileira tem responsabilidade da mídia tradicional e de sua veiculação de desinformação. A mídia é parte da sociedade civil, caracterizando-se como uma superestrutura responsável por disseminar os ideais hegemônicos da classe dominante, na tentativa de criar consenso para que o poder seja mantido nas mãos de alguns poucos (MORAES, 2010). Nesta linha, muito do que a mídia tradicional vincula pode ser caracterizado como desinformação na medida em que o fenômeno é entendido como a informação enganosa disseminada intencionalmente na tentativa de enganar ou ludibriar alguém em benefício de outro (FALLIS, 2015). Desinformação não é o mesmo que *fake news*, entretanto, já que este último é uma criada única e exclusivamente para ser falsa e que imita as estruturas de um texto jornalístico (BUCCI, 2019); a desinformação, entretanto, não precisa ser 100% falsa, podendo também ser composta por manipulações e omissões de fatos reais de forma a enganar quem a recebe.

A cobertura midiática sobre Junho de 2013 é um exemplo claro dessa forma de desinformação na medida em que a narrativa perpetrada pela mídia hegemônica mudou de acordo com os objetivos da classe dominante à qual ela atende, já que ela caracteriza-se como uma expressão da vontade e interesses dessa classe (MORAES, 2010). A partir de uma leitura crítica da mídia, fica mais clara essa relação entre comunicação midiática e classe dominante,

pois é possível perceber como esses veículos operam para favorecer uma narrativa em prol de outra, bem como bombardear a corpus social com ideologias da classe dominante nas entrelinhas de suas matérias e reportagens (CIRINO; TUZZO; TEMER, 2014).

Singer (2013) divide as Jornadas de Junho em três etapas: a primeira ocorrendo com as manifestações dos dias 6, 10, 11 e 13 de junho; a segunda entre os dias 17 e 20 de junho; e a terceira do dia 21 de junho até o final do mês. É possível ver a convergência entre a cobertura midiática e a migração ideológica presente nessas três fases.

Como ressalta Fernandes (2019), as manifestações iniciadas pelo MPL na defesa do Passe Livre tinham um caráter totalmente de esquerda com viés anarquista, tendo uma pauta definida e com um discurso conciso no embate ao capital. A cobertura midiática até então era de rechaço aos movimentos e de defesa da propriedade privada e ‘liberação do trânsito’, muitas vezes referindo-se a eles como vândalos de forma indiscriminada e retratando a violência policial como resposta a uma suposta brutalidade dos manifestantes (CALIL, 2013; CAMPOS; MELO; SAMPAIO, 2016). Não é surpresa esse posicionamento da mídia, uma vez que ela irá operar como a boca da classe dominante que, sendo capitalista, irá defender valores intrínsecos à lógica do capital como a propriedade privada (MORAES, 2010); a mídia então atuava para desinformar a população omitindo a realidade concreta das manifestações e demonstrando um enquadramento da situação que favorecia única e exclusivamente aos interesses da burguesia nacional.

Com a repressão policial, alguns setores da classe média se solidarizaram com o movimento, marcando assim a segunda movimentação ideológica das Jornadas (FERNANDES, 2019), ocorrida no dia 13 de junho. A espontaneidade dessa adesão ainda conseguiu ser pautada pelas lideranças do MPL, conduzindo as demandas ainda em torno de pautas referentes às condições de vida da classe trabalhadora, como saúde, educação e segurança; o discurso ‘não é só pelos 20 centavos’ foi a marca dessa movimentação. Muito embora muitos dos novos agregados não tivessem participado de manifestações anteriores, tampouco fossem organizados em partidos ou coletivos políticos, havia ainda um pequeno fio de conectava suas consciências com as das lideranças do MPL, sendo então essa liderança politiza uma peça fundamental para segurar o viés que as manifestações pretendiam seguir até então (ATAIDE, 2017).

A repressão policial, movida pelo clamor da mídia por uma ‘liberação do trânsito’ (CALIL, 2013), demonstrou-se mais severa, ao ponto de ser impossível que os veículos de

imprensa mantivessem um posicionamento favorável à repressão dos movimentos. Parte disso se deu pelo fato de que próprios trabalhadores desses veículos foram vítimas da truculência policial, tendo uma jornalista do jornal Folha de São Paulo atingida no olho por uma bala de borracha (CALIL, 2013). Nesse momento, a narrativa da mídia toma outro corpo e passa a apoiar os movimentos e rechaçar a atuação da polícia, porém sem estar comprometida com o teor da pauta proposta pelo MPL.

A narrativa adotada pela mídia agora tentava clamar por um apaziguamento dos protestos, para que ocorrem de forma “ordeira” e indicando que “os mais radicais” fossem ignorados, além de tentar a todo custo, por meio de manchetes e editoriais, emplacar as próprias pautas como pertencentes aos manifestantes, tendo como exemplo mor um apelo por uma ‘luta anticorrupção’ (CALIL, 2013). Desta forma, a mídia colabora para retirar o forte viés de classe presente no início dos protestos e preenche-lo com significados vazios de ‘defesa da pátria’ e ‘demonstração de patriotismo’, removendo qualquer tom politizador, caracterizando a manifestação como de ‘brasileiros’ e ‘apartidárias’, ou ‘acima de qualquer ideologia e pelo Brasil’ (CALIL, 2013).

Com isso, é marcada a terceira mudança ideológica das Jornadas (FERNANDES, 2019), na qual outras multidões somaram aos protestos com pautas que incluíam os gatos Copa do Mundo de 2014, luta contra a corrupção, discursos antipartidários como ‘não me representa’ e ‘meu partido é o Brasil’. Fica claro que imprensa desempenhou um papel fundamental na onda pós-política que varreu os protestos e foi o responsável por colocar em evidência palavras de ordem sem significado como ‘o gigante acordou’, ‘rezem pelo Brasil’ e ‘estamos mudando o país’, além de demandas vazias que podem ser preenchidas com qualquer significado como ‘mais saúde’, ‘mais educação’ e ‘mais segurança’ (SAAD-FILHO, 2013).

Com essa movimentação ideológica, a direita organizada encontrou campo para pôr em pauta suas demandas antipopulares, ao mesmo tempo em que a esquerda (organizada e desorganizada) viu uma chance de disputar as ruas em defesa da classe trabalhadora. Símbolo disso é que tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – a maior representante sindical da América Latina –, quanto a Fundação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – a maior representante da burguesia nacional – convocaram manifestações visando as mais diversas reivindicações.

Com o tom aparentemente apaziguador e ‘pró-pacifismo’ que a mídia adotou, juntamente com a adesão de massas despolitizadas, a visão aparente era de que todos estavam em conjunto lutando pelo mesmo, mas isso é um engano. A defesa por ‘mais educação’ pode servir tanto para reivindicar maiores gastos públicos em escolas estaduais, municipais e universidades federais, quanto a privatização de unidades de ensino. Isso se deu porque, com essa movimentação da mídia e das organizações, a segunda fase das Jornadas promoveu um cruzamento de classes onde a classe trabalhadora pobre e a classe média tradicional aliada com os interesses da burguesia se encontraram para disputar os significados das ruas (SINGER, 2013).

O problema é que a hegemonia midiática estava de acordo apenas com uma fatia das multidões que protagonizaram Junho, o que fez com que somente parte dela ganhasse força o bastante para se alastrar e tornar hegemônicas. Calil (2013, p. 387) aponta que a imprensa adotou uma “estratégia de converter as manifestações populares em uma grande festa”, e foi essa euforia vazia que ajudou na cartada final da movimentação ideológica das Jornadas, onde as multidões pós-políticas abriram caminho para outras multidões ultrapolíticas conservadoras, que tomaram as ruas com demandas profascistas de intervenção militar, combate a bandeiras de partidos da esquerda e desejos neoliberais de menor intervenção estatal e maior liberdade por meio do domínio do mercado (FERNANDES, 2019).

As manifestações, ao final, foram guiadas ao esvaziamento dos discursos originais que dialogavam com o aumento do custo de vida, dando ao final de Junho uma cara despolitizada nas cores da bandeira do país, e um discurso redirecionado a entidades representativas, mas esvaziados em sentido e pobres em materialidade. Em referência ao MPL surge o Movimento Brasil Livre (MBL), grupo de direita que, sob a bandeira de um discurso em prol da liberdade, pregava ideologias neoliberais e acabou ganhando força na reta final das manifestações, junto com outros movimentos como o Vem Pra Rua, marcando um ponto final na cooptação das Jornadas de Junho de 2013 por ideologias da direita.

Apesar do papel primordial que a imprensa desempenhou em dar novos tons aos protestos populares, sua adesão tardia a narrativa pró-manifestação não foi o bastante para parar um movimento engendrado por ela mesma e que, com a crise de representação latente na sociedade e as novas formas de comunicação na internet, encontrou solo fértil para florescer. Ao tentar defender seus interesses enquanto representante da classe dominante, os

conglomerados de mídia acabaram por se deparar com uma tentativa de formação de contra-hegemonia que, no bojo da despolitização generalizada que tomou conta das manifestações que a própria mídia ajudou a guiar, acabou por se voltar contra ela.

4 AS JORNADAS E AS MÍDIAS

O uso da internet e das mídias sociais como forma de contraponto às narrativas divulgadas pela imprensa tradicional foi um elemento marcante e decisivo para o desenvolvimento das Jornadas (SAAD-FILHO, 2013; SANTOS, 2014). O uso do Facebook e Twitter para disseminar vídeos e relatos a respeito da real situação das ruas, em contraste com o que era mostrado na televisão e jornais, foi decisivo na adesão espontânea das massas e no tratamento que a imprensa recebeu das multidões.

Elas atuaram como uma espécie de narrativa contra-hegemônica (MORAES, 2010), uma vez que buscavam trazer o ponto de vista da classe trabalhadora vítima da truculência policial e da desinformação dos veículos de comunicação. Muitos coletivos e organizações de esquerda, além de indivíduos isolados, utilizaram nas mídias sociais para denunciar a manipulação (SANTOS, 2014), o que colaborou para o rechaço à imprensa durante as manifestações, tomadas por gritos de ‘a mídia não me representa’ e ‘a Globo mente’.

Isso denunciou um outro elemento da crise de representação que vai além da representação política: a representação midiática. A internet e as mídias sociais inauguraram tempos de desmediatização (HAN, 2018), o que implica numa quebra da representação formal na veiculação de informações em grande escala dado que, agora, com esses novos mecanismos, todo mundo pode divulgar de maneira fácil a informação que desejar e representar a si mesmo, sem depender da imprensa tradicional (HAN, 2018).

A contrarreação por parte de manifestantes e apoiadores sobre a desinformação midiática com uso do Facebook na exposição daquilo que a mídia tentava esconder encontra vestígios em uma ação politizada de denunciar os monopólios de comunicação e seus interesses de dominação, através do uso de veículos de mídia alternativas como jornais comunitários, zines e outras formas de comunicação. Mas o uso dessa ação tanto por veículos de esquerda quanto por membros da direita, em especial a conservadora, para instigar as pautas reacionárias que ecoavam nas ruas com o chamado da mídia tradicional, acabou por também se perder no meio da migração ideológica que as Jornadas tomaram.

Da mesma forma que os movimentos da rua começaram politizados e à esquerda, e posteriormente foram migrando de posição conforme a mídia tradicional instigava o esvaziamento dos protestos, assim também foi o uso das mídias sociais como forma de disputa de narrativa. Uma vez que elas também se configuram como uma forma de comunicação de massa, elas recaem sobre a problemática que Freire (2015) já denunciava a respeito da massificação, na qual os sujeitos são excluídos do debate público já que nada creem além daquilo que é veiculado na imprensa. Com a contestação da legitimidade da mídia corporativa como mediadora de informações, as mídias sociais se tornaram um local de busca por uma verdade até então ocultada, mas a questão é que, “na suposta busca pela verdade [...] essas fontes de conteúdo on-line serviram para a difusão de boatos e de “notícias plantadas”” (SANTOS, 2014, p. 89-90). Entre contestações plausíveis e manipulações descaradas, o choque entre essas duas comunicações midiáticas geraram uma mudança de significados sobre legitimação informacional.

Inicialmente, as mídias sociais foram os principais meios para denunciar a realidade a respeito da truculência policial

as versões midiáticas que responsabilizavam os manifestantes pela violência perderam credibilidade e difundiram-se informações acerca da selvagem repressão policial. Alguns vídeos divulgados tornaram-se muito conhecidos, como um que mostra um policial militar destruindo a sua própria viatura, de o objetivo de responsabilizar os manifestantes; e outro que mostra o lançamento de bombas de gás lacrimogêneo em direção a um apartamento no 7º andar de um prédio, em represália contra a filmagem da ação policial (CALIL, 2013, p. 383)

Foi por causa de ações como essa que as primeiras multidões começaram a se agregar às manifestações em solidariedade com os membros do MPL. A grande questão é que, quando essa ação entra em contato com a massa despolitizada que se junta aos protestos posteriormente, em especial a ultrapolítica, o discurso por trás da denúncia sobre a manipulação da imprensa se perde em esvaziamento e a ação acaba, também, perdendo seu viés politizado. A frase “a mídia mente” perde seu complemento subjetivo “porque está na defesa do capital e dos grandes empresários” para se tornar um oco que pode ser completado por qualquer coisa que convenha: “poque é comunista”, “porque quer acabar com a família tradicional”, “porque é satanista”, dentre outros.

O mesmo acontece com frases como “a Globo não me representa”, no qual o **me representa** perde um sentido politizado totalizante de classe de que não representa os interesses “da minha classe”, para ganhar um sentido despolitizado e individualizador de não representa “aquilo que **eu** penso” – o “eu” inicial deixa de ser um “eu” coletivo para se tornar um “eu” individualista. Para Fernandes (2019) o que se segue pós Junho de 2013, em especial após o impeachment de Dilma em 2016, é um processo massivo de despolitização, o que só causou o agravamento dos problemas informacionais eclodidos em Junho, dando luz às condições atuais de nossos problemas com *fake news*, desinformação online e deslegitimação do papel da imprensa.

Nunes (2022), inclusive, demonstra de forma bem clara como o chamado “Junho de 2013” não se encerrou oficialmente ao final daquele mês, mas na verdade se estendeu por mais tempo, no qual o autor configura como um ciclo de protestos que vai se encerrar somente na Copa do Mundo de 2014. Ainda segundo o autor, o que acontece pós 2015, que seriam os protestos pelo impeachment de Dilma, a prisão de Lula, a greve dos caminhoneiros de 2018 e a eleição de Bolsonaro, possuem em seu DNA as marcas das manifestações de Junho – há um eco dos protestos durante os acontecimentos desses anos.

Se afirmamos que os protestos de Junho possuem eco nas diversas outras manifestações políticas nos anos seguintes, e também afirmamos que o confronto entre mídias sociais e tradicional foi uma marca decisiva dos protestos, devemos também admitir que esse tensionamento não somente perdurou, como se adaptou aos avanços tecnológicos que se seguiram nesses anos. Se em Junho de 2013 o uso majoritário era do Facebook e do Twitter, nos anos seguintes, o surgimento e a crescente popularização do WhatsApp, Instagram, e o *boom* dos criadores de conteúdo em sites como YouTube adicionaram novas nuances às práticas e dinâmicas que começaram a ser engendradas em Junho de 2013.

Os vídeos e áudios que tanto proliferam nas mídias sociais hoje em dia, supostamente revelando conspirações que a ‘mídia tenta esconder’, são descendentes dos problemas causados por esse processo despolitizador de Junho. Não podemos olhar para o papel que as mídias sociais passaram a desempenhar como ferramenta de comunicação política sem olharmos para como essa comunicação política se dava antes de Junho e os contornos que ela tomou na fervilha dos protestos. Estabeleceu-se uma crise de representação sobre informação e comunicação, e essa crise foi sendo agravada tanto pela despolitização generalizada que se seguiu com os

acontecimentos políticos conseguintes, como também pela maior penetrabilidade da internet e das mídias sociais no cotidiano brasileiro.

Sem politizar a respeito da representação da mídia, que não diz respeito a ela em si, mas em seu trabalho em defesa aos interesses do capital, o esvaziamento dos sentidos acerca dos problemas da representação informacional até então criou um senso comum de que o problema está na mídia em si, nos representantes em si, e não no conteúdo por trás deles. Direciona-se uma crítica vazia sobre toda a mídia tradicional e geram-se reações de contra narrativas ocas, fazendo com que hoje torne-se comum acreditar em vídeos que surjam no WhatsApp relatando algo em detrimento de uma notícia apurada dos veículos tradicionais.

Sem uma politização posterior dos protestos que pudesse guiar as visões acerca dos problemas num direcionamento de conjunto, o sentido inicial das denúncias sobre a representação informacional da mídia se perde em despolitização junto com todas as outras pautas de Junho de 2013. Segundo a teoria gramsciana, uma ideologia pode tornar-se hegemônica antes mesmo que aquele grupo chegue ao poder (MORAES, 2010), e o que ocorreu em Junho foi uma série de disputas por hegemonia que mudaram de grupo, mas não a classe à qual ele pertence. Foi a partir dos eventos de Junho que surge a organização da “nova direita” - que é nova apenas em formato, mas velha em seu conteúdo - que facilitou numa guinada à extrema-direita no país, bem como na perpetuação de ideais conservadores, reacionários e fascistas como base de um novo pensamento hegemônico que povoa as mídias sociais e o imaginário nacional.

O que chamam de “nova direita” é na verdade “a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motiva pela percepção de um inimigo comum” (MIGUEL, 2018, p. 19), sob esse guarda-chuva de nova direita há uma reorganização de três grupos seculares da política brasileira que são conhecidos como a ‘Bancada BBB (Bíblia, Boi e Bala)’ que corresponde, respectivamente, aos setores religiosos, a representantes do agronegócio e a políticos do eixo militar e armamentista (TREVISAN, 2018).

Essa direita é guiada por três vertentes: o libertarianismo tipicamente neoliberal na defesa de um Estado mínimo e superexaltação do indivíduo sob a bandeira da liberdade; o fundamentalismo religioso e uma ressurreição do espectro do anticomunismo (MIGUEL, 2018). Essas três vertentes, em especial as duas últimas, norteiam o teor que as desinformações

de hoje irão carregar, e uma observação detalhada consegue ver as relações entre os membros desse grupo, essas vertentes e as desinformações negacionistas e odiosas que são disseminadas.

O fundamentalismo religioso é visto na forma como as desinformações se alicerçam em pânticos morais de um suposto “abalo a fé cristã” por meio de ficções homofóbicas, de uma “sexualização da infância” e da escola como ambiente de corrupção das crianças. Entretanto, esse ideal não é novo, Trevisan (2018) nos relata um caso ocorrido em São Paulo no início dos anos 1990, no qual uma mãe observou uma fissura anal no filho ao banhá-lo e criou um boato de que ele teria sido abusado sexualmente na escola (que posteriormente desenvolveu-se em narrativas de um esquema internacional de venda de pornografia infantil), mas que no fim foi descoberto que não passava de uma constipação intestinal na criança. Em 2009, uma polêmica foi criada por conta de pulseiras coloridas que eram usadas por crianças nas escolas, mas que, segundo boatos, cada cor tinha um significado diferente e cada um com uma conotação sexual⁴. O medo da sexualização da infância capitaneada pelas *fake news* do kit gay ou da chamada *mamadeira de piroca* das eleições de 2018 é histórico.

O mesmo vale para o anticomunismo que volta a rondar o Brasil depois da Ditadura Militar, que hoje assume a forma de qualquer coisa vista minimamente como de esquerda (FERNANDES, 2019); esse espectro é invocado sempre que é preciso criar um espantalho a ser atacado em defesa de alguma pauta econômica, seja o comunismo da defesa do meio ambiente, seja o do incentivo à vacinação.

As mídias sociais se demonstraram um terreno fértil para a contestação da hegemonia da mídia tradicional, mas por justamente serem um ambiente extremamente amplo e também em disputa, proporciona que grupos de extrema-direita se utilizem de seus mecanismos para angariar adeptos e perpetuar seus ideais. A hegemonia disputada nesse caso permanece no campo das ideias, pois no campo material, tanto a mídia tradicional quanto esses grupos das mídias sociais operam juntos (mesmo que busquem esconder tal fato) em defesa dos interesses do capital e da classe dominante.

⁴ PIZA, P. T. ‘Pulseira do sexo’ gera polêmica entre pais e educadores em SP. **G1**, São Paulo, online, 13 dez. 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1412235-5605,00-PULSEIRA+DO+SEXO+GERA+POLEMICA+ENTRE+PAIS+E+EDUCADORES+EM+SP.html>. Acesso em: 09 jul. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Jornadas de Junho de 2013 proporcionaram ao Brasil uma visualização do poder que as mídias sociais possuem em disputar narrativas com a imprensa e de fomentar alternativas de comunicação popular. Contudo, acreditar que essa disputa ocorrerá de forma pacífica está longe do ideal, uma vez que é necessário politizar a respeito do uso e do conteúdo por trás de ambos os veículos, tanto o tradicional quanto o digital.

Os problemas com desinformações que hoje enfrentamos são desdobramentos da crise de representação e do movimento despolitizador engendrado em Junho, com grande auxílio da imprensa tradicional, mas também com uma atuação significativa de organizações da direita que ajudaram a fomentar grupos como o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua, que flertam com ideais fascistas e defendem ideologias epistemologicamente bizarras como o ‘anarco-capitalismo’.

É inegável o poder que as mídias possuem em criar consenso e proporcionar o debate público, mas é necessário também que haja uma atuação radical na disputa pelos significados em torno delas, de forma que as tentativas de contra-narrativa sejam de fato feitas em contraponto a hegemonia ideológica da classe dominante burguesa, e não feita de forma fraca e vazia e que, no fundo, apenas servem para fortalecer seu poder de dominação, consenso e coerção através de discursos diferentes apenas em aparência. Combater a desinformação passa, inevitavelmente, por um processo de politização; caso não, estaremos andando em ciclos atrás de soluções que aparentam nunca chegar e em um eterno movimento de prezar pelo mal menor e comemorar apenas vitórias mínimas em um cenário que poderia apontar para conquistas maiores.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. J.; FIEDLER, C. Z.; MEDINA, R. De encontro à nova razão neoliberal: primavera árabe, Occupy e as jornadas de junho de 2013 no Brasil. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/conversasecontroversias/article/view/30308>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ATAIDE, G. A falsa consciência nos movimentos históricos: o caso das Jornadas de Junho e seus desdobramentos. In: CEI, V. *et al.* (Org.). **O que resta das Jornadas de Junho**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017. p. 129-142.

BUCCI, E. News não são fake – fake news não são news. *In*: BARBOSA, M. (org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. p. 37-48.

CALIL, G. Embate e disputas em torno das Jornadas de Junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 377-409, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17155>. Acesso em: 10 jun.2022.

CAMPOS, C. L. O.; MELO, B. R. de; SAMPAIO, J. V. Narrando a história atual: a construção da imagem dos grupos sociais em conflito nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. **Calidoscópico**, v. 14, n. 3, p. 519-530, set./dez. 2016. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2016.143.15>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CIRINO, J. A. F.; TUZZO, S. A.; TEMER, A. C. R. P. Teoria crítica social para leitura crítica da mídia. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 155-174, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/33271>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FALLIS, D. What is disinformation?. **Library Trends**, [Baltimore], v. 63, n. 3, p. 401-426. jan/mar. 2015. Disponível em: <https://arizona.pure.elsevier.com/en/publications/what-is-disinformation>. Acesso em: 05 abr. 2022.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. 387 p.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz & Terra, 2015. 151 p.

HAN, B. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018. 134 p.

MIGUEL, L. F. A reemergência da direita brasileira. *In*.: SOLANO GALLEGOS, E. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-26

MORAES, D. de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

NUNES, R. Como chegamos aqui? De Junho de 2013 a Bolsonaro. *In*: NUNES, R. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu, 2022. p. 167-203.

SAAD-FILHO, A. Mass protests under ‘Left Neoliberalism’: Brazil, June-July 2013. **Critical Sociology**, Londres, v. 39, n. 5, p. 657-669. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0896920513501906>. Acesso em: 05 jul. 2022.

SANTOS, E. H. de J. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 86-95. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3550>. Acesso em: 06 jul. 2022.

SINGER, A. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**, [s.l.] v. 97, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2022.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 726 p.